

8

A NOÇÃO DE “REVOLUÇÃO PERMANENTE” EM MARX E SUA PRESENÇA EM *O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONA-PARTE*

Marcio Lauria Monteiro¹

A teoria da revolução permanente é, com frequência, associada a Leon Trotsky e ao movimento trotskista. De fato, Trotsky foi responsável por desenvolvê-la de forma bastante aprofundada e por dar a ela centralidade na estratégia revolucionária. Todavia, ele não partiu do zero. A noção de “revolução permanente”, enquanto uma estratégia para a revolução socialista, foi originalmente formulada por Marx e Engels, que, por vezes, também utilizaram o termo “revolução em permanência”. Apesar de ter uma presença não sistemática em suas formulações, ela é de grande relevância para a devida compreensão destas.

O fato de essa origem ser em grande parte desconhecida é mais uma consequência dos inúmeros frutos negativos da hegemonia stalinista. O stalinismo buscou promover a “convivência pacífica” com o imperialismo, expressa na noção de “socialismo em um só país”, e buscou extirpar a teoria da revolução permanente do marxismo, uma vez que ela levava a conclusões programáticas frontalmente opostas às necessidades da burocracia que se apropriara do comando da URSS. Essas necessidades eram compartilhadas pelas demais burocracias à frente das outras formações sociais que surgiram das revoluções do pós Segunda Guerra e da expansão burocrático-militar da URSS para o Leste Europeu, de forma que o trotskismo foi sempre tratado como uma heresia por tais regimes.

O contexto de “nascimento” da concepção de revolução permanente foi o da “Primavera dos Povos”, que designa a onda de revoluções que varreu a Europa em 1848-49. Esse acontecimento ocupou um papel de peso

¹ Historiador especializado na história do socialismo e das revoluções sociais, com destaque para a história do movimento trotskista e da União Soviética. Doutorando em História Social no PPGH UFF e Professor de História na Rede Municipal de Ensino de Niterói. Contato: marciolmonteiro@gmail.com e <https://uff.academia.edu/MarcioLauriaMonteiro>. Agradeço à Morgana Romão pela revisão atenciosa.

nas análises de Marx e Engels e, por conseguinte, no próprio desenvolvimento do marxismo. A aparição mais conhecida do referido termo, por sua vez, consta na *Circular do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, de março de 1850, redigida por Marx, que consiste em um breve balanço de tal vaga revolucionária, e, ao mesmo tempo, de novas indicações estratégicas para uma nova onda que ele acreditava que eclodiria em breve.

No entanto, esse termo e, principalmente, o conteúdo a ele atribuído por Marx e Engels, fizeram-se presentes em diversos outros materiais, principalmente no período 1849-52. Entre tais materiais consta *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, que apresenta um breve balanço da revolução de 1848 na França, conjuntamente a uma análise dos desenvolvimentos posteriores, que culminaram no golpe de Estado de Bonaparte, em dezembro de 1851.

Apesar disso, quando se fala de revolução permanente em Marx e Engels, não se costuma incluir tal obra entre as referências, talvez pelo fato de o termo em si não constar nela. Foca-se, desse modo, principalmente na *Circular*, e, em menor medida, nos artigos que posteriormente compuseram a obra *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, onde o balanço de 1848 encontra-se desenvolvido mais a fundo.

A intenção deste artigo é contribuir para o necessário estudo da teoria da revolução permanente, compreendida enquanto um pilar importante não apenas do trotskismo, mas também do próprio pensamento de Marx e de Engels. Para tal, será primeiro apresentado um breve resumo da teoria da revolução permanente conforme formulada por Trotsky, principalmente para evitar frequentes confusões ou leituras rasteiras. Após, será apresentada a sua formulação original, presente em Marx e Engels, para então analisar a sua presença em *O 18 de brumário*.

1. A teoria da revolução permanente de Leon Trotsky

Trotsky retomou a noção de “revolução permanente” de Marx e Engels em um esforço para compreender a dinâmica da revolução social na Rússia e delinear a estratégia mais adequada para ela, no contexto da revolução de 1905. A linha estratégica então por ele desenvolvida foi a mesma que o Partido Bolchevique posteriormente seguiu na revolução vitoriosa de 1917, após alguns ziguezagues iniciais entre fevereiro e agosto

daquele ano. A teoria da revolução permanente, portanto, havia sido confirmada na prática pela Revolução Soviética.

No entanto, Trotsky só foi retomá-la a partir da segunda metade dos anos 1920, no contexto da Revolução Chinesa de 1925-27. Para ele, havia muitas similaridades entre este processo e o caso soviético, a despeito de suas inevitáveis particularidades. Isso levou Trotsky a generalizar a validade dessa teoria para formações periféricas em geral, onde o desenvolvimento das relações capitalistas ocorreu de forma tardia. Com isso, a teoria da revolução permanente constituiu um aspecto central do “trotskismo” e da organização a ele associado, a Quarta Internacional.

São duas as obras principais onde Trotsky apresenta suas elaborações acerca da teoria da revolução permanente. No primeiro momento, focado na dinâmica da revolução social na Rússia czarista, destaca-se *Balanço e Perspectivas*, de 1905, que é uma análise da revolução que fracassara, e na qual Trotsky desempenhara um importante papel enquanto presidente do *soviet* (“conselho”) de São Petersburgo (a obra, inclusive, foi redigida na prisão). No que se refere ao segundo momento, destaca-se *A revolução permanente*, de 1929-30, que é uma polêmica contra seu até então aliado na “Oposição Unificada”, Karl Radek, e foi escrita no contexto das lutas internas do Partido Comunista da URSS e da Internacional Comunista, entre os “oposicionistas” e o grupo ao redor de Josef Stalin. Apesar de ser uma polêmica, esta cumpriu o papel de apresentar uma síntese da teoria e de defender sua validade para os países periféricos do sistema capitalista.²

Conforme o próprio Trotsky apontou em *A revolução permanente*, essa teoria conduzia a três conclusões estratégicas centrais (cf. TROTSKY, [1930], p. 161-163):

a) Nos países de industrialização tardia (ou, ainda, “hiper-tardia”) a realização das tarefas históricas da revolução burguesa, como a unificação nacional, a reforma agrária, a instauração do regime republicano e a conquista dos direitos civis democráticos, só poderia se dar como parte de uma revolução proletária, de forma que haveria uma “ligação orgânica ininterrupta” entre as tarefas “nacional-democráticas” (ou “democrático-burguesas”) e as socialistas;

² No Brasil, essas obras foram mais recentemente publicadas juntas, e acompanhadas de outros materiais pertinentes, em especial as cartas trocadas entre Trotsky e outro quadro oposicionista, Ievgeni Preobrazhenski, acerca da Revolução Chinesa de 1925-27 (ver em TROTSKY, 2011).

b) Após a realização das tarefas “nacional-democráticas”, a revolução não cessaria, havendo uma contínua transformação da sociedade ao longo do período de realização das tarefas propriamente socialistas (de transição ao comunismo), sem chegar a um ponto de equilíbrio, até a extinção das classes sociais;

c) Apesar de necessariamente começar no terreno nacional, a revolução só pode sobreviver através da sua internacionalização, de forma a eliminar o risco de contrarrevolução externa e, ao mesmo tempo, a fundir cada vez mais os meios de produção através da extinção das barreiras nacionais.

Essas conclusões estratégicas envolviam posições programáticas centrais, que se fizeram presentes na política dos bolcheviques durante a Revolução Soviética de 1917, mas que não foram mantidas pela Internacional Comunista stalinizada diante das revoluções dos anos 1920-30, como a Chinesa e Espanhola. Tais posições envolviam: fusão e subordinação do programa nacional-democrático com o programa socialista; total independência política e organizativa frente ao liberalismo e à burguesia, mesmo nas suas variantes mais radicais; aliança estratégica com o campesinato pobre, na forma de um bloco revolucionário hegemônico pelo proletariado, contra as oligarquias fundiárias, a burguesia nativa e os capitais imperialistas; chamado internacionalista à defesa da revolução pelo proletariado de outros países contra a contrarrevolução externa e também auxílio à realização de revoluções nos demais países. (cf. TROTSKY, [1930]; MENDONÇA, 2014; MANDEL, [1994]; LÖWY, [1980])

Essas conclusões estratégicas e programáticas fluíam do que se convencionou a chamar de “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, à qual a teoria da revolução permanente está intrinsecamente ligada. Trotsky compreendia o sistema capitalista como uma totalidade internacional, no interior da qual os países se desenvolviam em ritmo desigual e, ao mesmo tempo, combinado. Isto é, apesar de cada país ter a sua própria dinâmica e ritmo, na medida em que o capitalismo se desenvolvia todos foram crescentemente interligados pelo mercado mundial, com os capitais imperialistas desempenhando papel dominante ao impulsionarem, de forma subordinada a si e também através do “salto” de “etapas”, o desenvolvimento na periferia do sistema.

Assim, Trotsky encarava que as formações sociais periféricas, nas quais formas de produção não-capitalistas ainda se mesclavam, de maneira subordinada, às formas capitalistas nativas e aos capitais imperialistas, não

poderiam meramente repetir o desenvolvimento das primeiras nações a se industrializar, como a França e a Inglaterra. Na periferia, a burguesia, entrando em cena “tardiamente” e, portanto, já confrontada pela existência de capitais imperialistas, não teria condições e nem interesse de travar uma luta revolucionária contra as relações de produção e classes sociais pré-capitalistas ali existentes, e nem contra a dominação imperialista. Isso porque, ao já nascer associada aos capitais imperialistas e também às oligarquias fundiárias nativas, seus interesses de classe se confundiam com os destes setores.

Ademais, o proletariado periférico não passou por todos os estágios de desenvolvimento do seu equivalente nas nações primeiramente industrializadas. Nesse sentido, já em seu nascimento, tal classe estava longe de ser a heterogênea “massa popular”, que participara das revoluções inglesa e francesa nos séculos XVII e XVIII de forma subordinada à burguesia. Ele já entrou em cena na forma do proletariado moderno, como uma classe numerosa e forjada em um ambiente propício à rápida percepção de seus interesses particulares e à sua mobilização combativa em prol deles. Dessa forma, seria um risco enorme à burguesia mobilizar tal proletariado em uma luta insurrecional, como fizera anteriormente contra as classes feudais e a monarquia.

Assim, ainda que nas formações sociais periféricas e de industrialização tardia ou hiper-tardia restassem ainda por se concretizar as tarefas nacional-democráticas, historicamente associadas à revolução burguesa, a burguesia nativa não seria capaz de desempenhá-las. Caberia, portanto, ao proletariado, em aliança com o campesinato pobre, tomar essas tarefas em suas mãos. Todavia, ao chegar ao poder, seria necessário rapidamente adentrar no terreno das tarefas da revolução proletária, fosse para fazer valer seus próprios interesses de classe, ou para se proteger da contrarrevolução, que rapidamente uniria burguesia nativa, oligarquias fundiárias e capitais imperialistas contra o abalo da ordem.

Foi isso que ocorreu na Revolução Soviética de 1917 e que teria se demonstrado válido “pela negativa” nas experiências fracassadas das Revoluções Russa de 1905 e Chinesa de 1925-26. A estas experiências, Trotsky mais tarde adicionou também como exemplo o caso trágico da Revolução Espanhola de 1936-39 (cf. TROTSKY, 2014).

É verdade que, em alguns países de industrialização tardia, como Itália, Alemanha e Japão, uma parte das tarefas nacional-democráticas foi realizada pela própria burguesia, sem mobilização revolucionária do prole-

tariado. Todavia, tais processos tampouco constituíram revoluções “democrático-burguesas” propriamente ditas, uma vez que foram realizados “pelo alto” (o que Gramsci chamou de “revolução passiva”) e, por consequência, realizaram ditas tarefas apenas parcialmente. Eles constituem, assim, exceções que confirmam a regra. (Este e os parágrafos anteriores, cf. TROTSKY, [1930]; MENDONÇA, 2014; MANDEL, [1994]; LÖWY, [1980]; NOVACK, 2008)

Como Trotsky reconhecia abertamente, essas suas elaborações bebiam diretamente das de Marx e Engels, para os quais, em seu entendimento, a “revolução permanente” significava:

[...] uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes. (TROTSKY, [1930], p. 160).

Como se verá a seguir, essa é uma boa síntese da noção de “revolução permanente”, ou “em permanência”, em Marx e Engels. Contudo, tal origem da teoria desenvolvida por Trotsky segue sendo pouco conhecida e debatida.

Após o assassinato de Trotsky por um agente stalinista da URSS, em agosto de 1940, foi a Quarta Internacional, não obstante sua crescente fragmentação teórico-programática e organizativa no pós Segunda Guerra, que manteve viva a teoria da revolução permanente, não só reivindicando sua validade histórica para os eventos do pré-guerra, como também a sua vitalidade diante dos novos processos revolucionários que então eclodiam na periferia capitalista. Inclusive, propostas de “atualizar” a referida teoria, diante das peculiaridades dessas novas revoluções, foram um dos pivôs das lutas internas e divisões organizativas entre os trotskistas do pós-guerra, sendo um elemento fundamental para a devida compreensão da atual fragmentação do movimento trotskista internacional.³

Ainda hoje, são quase que exclusivamente os trotskistas que reivindicam a teoria da revolução permanente, ainda que ela ocupe um lugar cada vez menor nas formulações das muitas organizações que reivindicam o legado de Trotsky e da Quarta Internacional.

³ Para uma análise detalhada desses debates e divisões, ver MONTEIRO, 2016.

2. A “revolução permanente / em permanência” em Marx e Engels

Conforme apontam Richard Day e Daniel Gaido (2009, p. 3), os termos “revolução permanente” e “revolução em permanência” chegam a aparecer nos escritos de Marx e Engels em três ocasiões prévias ao contexto da Primavera dos Povos, mas com um conteúdo distinto do que veio a se consolidar. Nessas três ocasiões, em que tais termos foram usados de forma bastante pontual, eles faziam referência ao período do terror jacobino da Grande Revolução Francesa (1789), e indicavam a noção de uma revolução que não se detinha nos primeiros momentos, de derrubada da monarquia, avançando de forma radicalizada nas transformações sociais.⁴

Contudo, os usos posteriores dos termos “revolução permanente” e “revolução em permanência”, ainda que guardando relação com a noção básica de um processo que não se permite interromper, continham um conteúdo mais profundo. Este era relacionado às vicissitudes das revoluções burguesas sob um contexto de maior desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições sociais, bem como com a formulação de uma estratégia para a vitória e consolidação da revolução proletária ou socialista, enquanto uma continuidade radicalizada da revolução burguesa.

Para a adequada compreensão de tais usos posteriores, é relevante uma breve síntese do que foi a Primavera dos Povos. Esta consistiu em uma poderosa onda de revoluções iniciadas pela Revolução de Fevereiro de 1848, na França, na qual a monarquia de Louis Philippe I, o “Rei dos Banqueiros”, foi derrubada por uma insurreição popular.

Nessa insurreição, aliaram-se socialistas utópicos (reformistas), comunistas (isto é, socialistas revolucionários), liberais republicanos (defensores de uma república oligárquica) e liberais democráticos (defensores de uma república com sufrágio universal). Essas forças compuseram o Governo Provisório que se seguiu à proclamação da II República. Devido ao papel determinante desempenhado pelo proletariado na insurreição, inicialmente tal governo atendeu a uma parte de suas demandas, como a redução de jornada de trabalho, a garantia de emprego aos jovens e o estabelecimento de fábricas estatais, conferindo um caráter “social” à República.

⁴ Tais ocasiões foram nas obras de Marx *Sobre a questão judaica* (1843) e *A Sagrada Família* (1845) e no artigo de Engels *A luta mágica* (1847).

Ao longo dos meses seguintes, eventos semelhantes se desenrolaram em diversos outros países europeus, sob as bandeiras da independência e unidade nacional e da república, como a Revolução de Março nos territórios que posteriormente vieram a constituir a Alemanha, as tentativas de independência e unificação da península italiana, a luta pela república na Áustria, pela independência nacional na Hungria e por autonomia nacional na Tchéquia.

Contudo, o heterogêneo bloco de classes e forças políticas que impulsionou esses processos revolucionários logo se desfez, devido à profunda diferença de interesses entre a burguesia e o proletariado, o qual, para além das pautas republicanas, nacionalistas e democráticas, também demandava melhores condições de vida e de trabalho. Temerosa de que os liberais radicais e os socialistas (reformistas ou revolucionários) assumissem a frente desses processos e que viessem a prejudicar seus interesses particulares, a burguesia rapidamente passou para o lado da contrarrevolução, buscando suprimir as revoluções, mesmo que isso significasse abrir mão de parte das suas próprias demandas.

Na França, isso levou à expulsão dos setores radicais do governo provisório, e escalou com o massacre do proletariado parisiense, que se levantou em prol de seus interesses particulares nas “jornadas de junho”, ao perceber os retrocessos em curso. Posteriormente, em 1849, o governo de Luís Napoleão, que havia sido eleito à Presidência em dezembro de 1848, participou diretamente da supressão da República Romana, internacionalizando a contrarrevolução.

Na Alemanha, onde Marx e Engels concentraram a sua atuação, através da Liga dos Comunistas, a burguesia sequer permitiu a formação de um império monárquico constitucional unificado, quanto mais a de uma república alemã democrática. Ao invés, capitulou à aristocracia e à monarquia contra o proletariado socialista e a pequena-burguesia democrata. (Este e os parágrafos anteriores cf. HOBBSAWM, 1975, p. 21-40).

A Primavera dos Povos, portanto, serviu para lançar a burguesia ao poder em parte da Europa, fazendo a aristocracia fundiária perder seus direitos e o seu regime absolutista. Ao mesmo tempo, deixou claro o profundo antagonismo e o caráter irreconciliável entre os interesses de classe da burguesia e do proletariado, de forma que a primeira necessitou recuar em suas demandas em vários lugares, para evitar que elas abrissem espaço para o avanço das demandas do segundo. Pode-se afirmar, assim, que a Primavera dos Povos marca o encerramento da fase revolucionária da classe

burguesa e a abertura de uma nova etapa histórica, onde o proletariado se tornou o novo portador das transformações sociais radicais.

No *Manifesto do Partido Comunista*, publicado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1848 (em Londres, em alemão) – apenas um dia antes da eclosão da Revolução de Fevereiro na França –, Marx e Engels, sentindo a radicalização dos ânimos em toda Europa, preconizaram que os comunistas deveriam atuar como uma força de vanguarda no interior dos movimentos de trabalhadores.

Nos países onde a burguesia já havia conquistado o poder, como na Inglaterra, nos EUA e na França, os comunistas deveriam se aliar, respectivamente, aos “cartistas”, aos “reformadores agrários” e ao “partido social-democrata”, contra as alas conservadoras da burguesia, como forma de fortalecer as alas revolucionárias desses grupos e assim acumular forças junto ao proletariado. Desse modo, portanto, tais forças poderiam influenciar a radicalização do processo mais adiante. Já nos locais onde a burguesia ainda não havia chegado ao poder, como na Alemanha, os comunistas deveriam apoiar tal classe “sempre que ela assumi[sse] uma posição revolucionária”, contra o absolutismo. (Cf. MARX e ENGELS, [1848], p. 81-82)

Essa segunda orientação advinha da noção de que apenas algum tempo após a chegada ao poder da burguesia é que os antagonismos fundamentais entre esta e o proletariado aflorariam. Assim, seria necessário um período de “maturação” até que o proletariado pudesse travar uma luta em prol de seus interesses particulares, bem como que seu partido, os comunistas, pudessem ganhar influência significativa, na condição de principal força de oposição ao domínio da burguesia. No entanto, esses autores acreditavam que isso se daria em um intervalo não muito longo de tempo, pois a Alemanha possuía relações capitalistas muito mais desenvolvidas do que os países onde já haviam ocorrido revoluções burguesas, de forma que, ali, ela “só poderá ser o imediato prelúdio de uma revolução proletária” (*Id.*, p. 82).

A despeito de ainda reiterar que os comunistas deveriam manter a sua propaganda própria, Marx e Engels acabaram por situar o “partido comunista” como a ala de extrema esquerda do “partido democrático” (liberais radicais, geralmente pequeno-burgueses), isto é, aquele que lutava por uma república democrática, baseada no sufrágio universal, e que contempla liberdades civis. Como aponta Moss (1998, p. 157), em grande parte, isso fluía da avaliação de que, em países como França e Inglaterra, o “partido democrático” havia se proletarizado ao longo da primeira metade do sé-

culo XIX, sendo abraçado pelos trabalhadores e absorvendo demandas por uma República também “social”, que contemplasse melhorias nas condições de vida desta classe. Dessa forma, as demandas presentes no “partido democrático” confundiam-se com os ideais comunistas.

Nesse sentido, o *Manifesto* igualava “a elevação do proletariado à classe dominante”, tido como “o primeiro passo na revolução operária”, com “a conquista da democracia” (*Id.*, p. 66), já que, nos países de industrialização avançada, o proletariado era a classe mais numerosa da sociedade. “Democracia”, aqui, não era entendida enquanto um regime eleitoral-representativo, mas como uma coalização das classes “populares” que constituíam a maioria da sociedade, o proletariado e a pequena-burguesia rural e urbana. Essa consideração, portanto, aproximava comunistas e democratas no plano estratégico, já que a democracia política e social seria um instrumento do comunismo. (Cf. MOSS, 1998, p. 149-150)

Isso fica claro no tópico final dos *Princípios Básicos do Comunismo*, escrito por Engels, em 1847, como uma primeira versão do programa da Liga dos Comunistas.⁵ Na Pergunta 24, ele afirma que os “socialistas democráticos” coincidem com os comunistas em muitas de suas demandas, ainda que “não como meio de transição para o comunismo, mas como medidas que são suficientes para abolir a miséria e fazer desaparecer os males da sociedade atual”. Dessa forma, ele defende que “os comunistas entender-se-ão, nos momentos de ação, com esses socialistas democráticos e em geral terão de seguir com eles, de momento, uma política o mais possível comum, desde que esses socialistas não se ponham ao serviço da burguesia dominante e não ataquem os comunistas”. (ENGELS, [1847], [s.p.])

Como os próprios autores posteriormente afirmaram, eles esperavam que a revolução na Alemanha seria um processo similar àqueles já ocorridos na França e na Inglaterra, onde a burguesia se colocara à frente da nação, como representante dos interesses desta, sendo a portadora de uma nova sociedade edificada nas demandas de unificação nacional, a reforma agrária, a república, as liberdades civis (cf. DAY e GAIDO, 2009, p. 5). Ao mesmo tempo, como consta nos *Princípios* e no *Manifesto*, eles esperavam que a revolução burguesa alemã seria também o prelúdio de uma revolução proletária.

⁵ Engels acabou descartando essa versão por encarar que a sua forma “catequista” (de perguntas e respostas) não era a mais adequada, tendo, então, solicitado a Marx a redação do *Manifesto*. Não obstante, o conteúdo dos dois materiais é quase idêntico.

Como destaca Riazanov ([1927], p. 106-107), essas considerações faziam sentido diante das experiências revolucionárias anteriores (inglesa e francesa), marcadas por uma longa duração, ao longo da qual havia ocorrido uma progressiva radicalização após o momento inicial de ampla unidade. Portanto, Marx e Engels acreditavam que as revoluções que eclodiram em 1848 também durariam vários anos e que se radicalizariam progressivamente. Assim, almejavam forjar o instrumento dessa radicalização através da proletarização e “comunização” das organizações de trabalhadores onde estas já estavam desenvolvidas e do “partido democrático” onde este era o elemento mais avançado.

Foi seguindo tal linha que Marx e Engels inicialmente atuaram na Alemanha durante a revolução, até pelo menos fins de 1848 e início de 1849. Por ter visto *in loco* o primeiro momento da revolução na França, Marx acreditou que algo similar à coalização democratas-socialistas ocorreria na Alemanha. Assim, ao chegar em Colônia, ele e Engels lançaram o periódico “Nova Gazeta Renana”, que se apresentava como “Órgão da Democracia”. Apesar de composto por vários membros da Liga dos Comunistas, ele apresentava um programa limitado, não comunista, na expectativa de formar uma coalizão de democratas radicais. Engels chegou até mesmo a atuar no levante de Elberfeld, parte da campanha insurrecional que tentou forçar a burguesia a aceitar a “Constituição Imperial”, elaborada pelos democratas pequeno-burgueses como uma proposta de conciliação com a burguesia monarquista para que houvesse alguma conquista, ainda que parcial.⁶ (Cf. MOSS, 1998, p. 158; DAY e GAIDO, 2009, p. 5-6; RIAZANOV, [1927], p. 106).

Após fevereiro de 1849, ressaltam Riazanov ([1927], p. 111) e Day e Gaido (2009, p. 6-8), é que ambos mudaram sua orientação, de ala extrema do “partido democrático” (sua vanguarda pró-proletária), para uma mais radicalizada, que objetivava fortalecer e unificar organizações proletárias independentes, como a “União dos Trabalhadores de Colônia”, em relação às organizações democráticas, com as quais chegaram a romper.⁷

⁶ Tratava-se de uma Constituição que unificaria a Alemanha sob um regime de monarquia constitucional com liberdades civis, o que foi rejeitado pela burguesia, temerosa do proletariado em marcha.

⁷ Antes dessa mudança clara de linha, ao perceberem o crescimento da contrarrevolução, na qual a Rússia passara a desempenhar um papel internacional de peso, Marx e Engels defenderam por certo tempo uma guerra entre a Alemanha e a Rússia, como forma de manter a revolução viva e propiciar sua radicalização, tal qual a guerra contra a reação externa impulsionara a radicalização da Grande Revolução Francesa (cf. RIAZANOV, [1927], p. 107-108).

Essa mudança de orientação também se fez presente na linha editorial da “Gazeta”, que, pouco antes de ser suprimida pela censura, em maio de 1849, passou a publicar artigos demonstrando a diferença de interesses entre a burguesia e o proletariado, como os ensaios de Marx sobre mais-valor, que compuseram *Trabalho assalariado e capital*, e também sobre a revolução na França, que compuseram *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. Por mais que criticasse duramente as vacilações da burguesia liberal e dos democratas, a “Gazeta”, até então, não havia levantado nenhuma demanda em prol do proletariado, focando apenas nas tarefas da revolução burguesa. (Cf. RIAZANOV, [1927], p. 108-109 e 111; DAY e GAIDO, 2009, p. 6-8).

A razão dessa mudança foi a passagem da burguesia francesa para o lado da reação, massacrando o proletariado parisiense após seu levante de junho, e a capitulação da burguesia alemã às forças monarquistas, aceitando a supressão da sua Assembleia Nacional. Tais movimentações teriam deixado claro que a expectativa de um processo similar ao francês de 1789 havia se mostrado equivocada. A fase revolucionária da burguesia já havia se encerrado a partir da formação do moderno proletariado, uma classe cada vez mais numerosa em decorrência do avanço do processo de industrialização, e também a partir da consciência cada vez maior de seus interesses específicos de classe e das suas contradições em relação aos da burguesia.

Com a entrada em cena do proletariado, a burguesia tendia a se aliar com as forças reacionárias (monarquistas) contra o risco da revolução socialista. Por sua vez, com a passagem da burguesia para a contrarrevolução, a pequena-burguesia democrática ficava sem uma base real para a implementação de seu projeto, de “república democrática”. No máximo, poderia vir a cumprir o papel de um escudo de aparência progressista, atrás do qual se protegeriam as forças da reação no caso da burguesia não conseguir suprimir a revolução, realizando algumas concessões ao proletariado, para frear e encerrar o processo.

O proletariado, portanto, deveria manter uma total independência política em relação ao “partido democrático”, ainda que alianças ocasionais pudessem ser feitas, de forma tática, contra a reação. Ao passo que a burguesia desejaria evitar a todo custo a revolução e que os democratas desejariam a todo custo freá-la e encerrá-la, o proletariado deveria fazer todo o possível para manter a revolução em marcha.

É essa a lógica exposta na *Circular do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, de março de 1850 (MARX e ENGELS, [1850]), onde a noção de “revolução permanente”, ou “em permanência”, faz-se presente de forma mais direta. Ela se baseava na previsão de que uma nova onda revolucionária logo eclodiria, levando o proletariado ao poder na França. Já no caso da Alemanha, onde as tarefas da revolução burguesa ainda não haviam sido realizadas e onde o partido do proletariado (os comunistas) ainda não estava devidamente desenvolvido, Marx encarava como o mais provável que fosse a pequena-burguesia democrática que chegaria ao poder. Nessa condição, a melhor forma de acelerar o desenvolvimento do “partido comunista” e o triunfo de uma revolução proletária seria que este atuasse como firme oposição às forças democráticas, sempre opondo a seu programa de melhorias do capitalismo propostas mais radicais, que servissem para desmascarar suas limitações e, ao mesmo tempo, manter em marcha o processo revolucionário.

Esse processo deveria culminar na conquista do poder pelo proletariado e na expansão internacional da revolução, que seria impulsionada a partir dos países onde a possibilidade de tal conquista estava mais próxima, como na França. Para tal, é enfatizada a necessidade de independência e autonomia do “partido comunista” e a defesa dos interesses de classe do proletariado. Como afirma a *Circular*:

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas. (MARX e ENGELS, [1850], p. 87)

[...]

Se os operários alemães não podem chegar à dominação e realização dos seus interesses de classe sem passar por todo um desenvolvimento revolucionário prolongado, pelo menos desta vez têm eles a certeza de que o primeiro acto deste drama revolucionário iminente

coincide com a vitória directa da sua própria classe em França e é consideravelmente acelerado por aquela.

Mas têm de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autónoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. O seu grito de batalha tem de ser: a revolução em permanência. (*Id.*, p. 94)

Trata-se de uma clara mudança de linha em relação ao *Manifesto*. Não à toa, no Prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto*, Marx e Engels afirmaram que, devido “ao imenso desenvolvimento da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, ao progresso da organização do partido da classe operária”, assim como devido às “experiências práticas” das Revoluções Francesas de 1848 e 1871, o programa ali exposto estaria “envelhecido em alguns pontos” (MARX e ENGELS, 2005, p. 30). Tal avaliação foi ainda reforçada por Engels no Prefácio à edição inglesa de 1888 (cf. *Id.*, p.35).

Mais significativo ainda, enquanto no *Manifesto* Marx e Engels igualavam a “democracia” à elevação do proletariado à condição de classe dominante, em uma carta do primeiro ao segundo, de 13 de julho de 1851, Marx refere-se à *Circular* como um “plano de campanha contra a democracia” (*Apud* DAY e GAIDO, p. 11)

Essa nova linha, destacam Day e Gaido (2009, p. 11-12), foi reforçada ainda em outros materiais significativos do mesmo período. Ela aparece, por exemplo, na terceira parte de *As Lutas de Classes na França* (publicada também em março de 1850, na “Gazeta”), através da defesa de que o “socialismo revolucionário” significava “a declaração da permanência da revolução”, que se daria através da ditadura da classe proletária sobre a burguesia, como uma forma de transição ao comunismo.

Também aparece na *Declaração de Princípios* da breve “Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários” (de abril de 1850), formada por remanescentes alemães da Liga dos Comunistas e representantes dos blanquistas franceses e cartistas revolucionários ingleses. No Artigo I desse documento, lê-se que “O objetivo da associação é a queda de todas as classes privilegiadas e sua sujeição à ditadura do proletariado através da manutenção da revolução em permanência até a realização do comunismo, que é a

forma final de organização da sociedade humana” (*apud* DAY e GAIDO, 2009, p. 11).

Contudo, ao fim de 1850, Marx encarou que o período revolucionário aberto em 1848, em decorrência da crise econômica de 1844, estava se encerrando, e que a eclosão de uma nova onda revolucionária já não estaria mais no horizonte imediato devido a sinais de recuperação econômica, o que indicava o começo de um provável novo ciclo de expansão do capitalismo. Com a confirmação dessa avaliação, o tema da revolução permanente não voltou a aparecer nas obras de Marx e Engels, salvo pontualmente e de forma esporádica. (Cf. DAY e GAIDO, 2009, p. 12; RIAZANOV, [1927], p. 116)

Day e Gaido (2009b) demonstram, através da coletânea de documentos da Internacional Socialista que organizaram, que, com a situação revolucionária na Rússia entre 1903-07, o tema voltou à tona entre alguns quadros de sua ala revolucionária, como Franz Mehring, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky e Alexander Parvus.⁸ Estes enxergavam grandes semelhanças entre os desafios da revolução na Rússia e aqueles enfrentados por Marx e Engels no contexto alemão de 1848-49, fazendo referências diretas aos materiais aqui mencionados. Foi a partir daí que a noção de revolução permanente passou a ser desenvolvida de forma mais aprofundada por Trotsky, até assumir a forma anteriormente exposta.

3. A noção de “revolução permanente / em permanência” em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*

Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, há diversas passagens onde a noção de revolução permanente anteriormente exposta faz-se presente, ainda que os termos propriamente ditos não tenham sido utilizados. Afinal, apesar dela ter sido desenvolvida principalmente a partir do processo alemão, onde a revolução burguesa ainda estava por ser realizada, a “revolução permanente” ou “em permanência” impactou a estratégia revolucionária de Marx e Engels como um todo. Ademais, apesar da revolução burguesa de 1789, a França, objeto de tal obra, ainda não era um país tão industrializado quanto, por exemplo, a Inglaterra, possuindo um numeroso campesinato, e a conquista da República ainda estava em aberto, de forma

⁸ A referida coletânea demonstra que o tema também apareceu pontualmente em meio à polêmica contra o revisionismo de Berstein, na década de 1890, através de textos de Mehring e de Karl Kautsky (cf. DAY e GAIDO, 2009b).

que ali também se faziam presentes tarefas “democrático-burguesas” e a questão de qual seria sua relação com a revolução proletária.

Inevitavelmente, uma parte dessas passagens diz respeito ao balanço da Revolução de Fevereiro de 1848 na França, que já havia sido alvo de uma discussão mais detalhada, na mencionada *As Lutas de Classes na França*. No entanto, em conjunto, tais passagens não se limitam a uma repetição de considerações presentes nessa obra, sendo, portanto, pertinente analisá-las detalhadamente.

Logo no começo de *O 18 de brumário*, Marx apresenta uma diferenciação entre as revoluções burguesas e as “revoluções modernas”, ou seja, as proletárias. As primeiras “precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso [...] porém, elas têm vida curta, logo atingindo seu ponto alto e uma longa ressaca toma conta da sociedade, antes que, novamente sóbria, aprenda a apropriar-se dos resultados do seu período impetuoso e combativo” (MARX, [1852], p. 29-30). Já as segundas seriam marcadas por uma sequência de lutas, com avanços e recuos, até que a vitória final fosse de fato obtida, sendo necessária a maturação dos aprendizados práticos na forma de interesses políticos mais claros para a realização de cada novo avanço:

[...] as revoluções proletárias do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo [...] recuam repetidamente ante a enormidade ainda difusa dos seus próprios objetivos até que se produza a situação que inviabiliza qualquer retorno [...]. (MARX, [1852], p. 29-30)

Vê-se nessa passagem a lógica da revolução permanente, de que a revolução não pode se deter nas primeiras vitórias, devendo sempre avançar mais, até o objetivo final, ainda que, no conjunto do processo ocorram também recuos episódicos, que servem para melhor preparar os próximos avanços.

Ao analisar concretamente a revolução de 1848 na França, Marx aponta que, apesar dela ter sido realizada pelo proletariado, quem se aposentou do poder foi a burguesia, e esta buscou cessar o processo, passando para uma postura contrarrevolucionária. Nas suas palavras, a burguesia

[...] não chegou ao poder como havia sonhado sob Luís Filipe, isto é, mediante uma revolta liberal da burguesia contra o trono, mas por meio de uma rebelião do proletariado contra o capital, rebelião que foi metralhada. O que ela imaginou que seria o *mais revolucionário*

dos eventos, na realidade sucedeu como o mais *contrarrevolucionário* dos eventos. (MARX, [1852], p. 41)

É possível perceber nas palavras de Marx o seu reconhecimento de que a burguesia, diante da entrada em cena do moderno proletariado, com seu próprio programa de classe, migrou rapidamente para o campo da contrarrevolução. O que coloca a questão estratégica de que o proletariado não pode contar com algum tipo de aliança com a burguesia contra a reação monárquico-feudal.

Como mencionado, o episódio seguinte ao da derrubada da monarquia e ao estabelecimento de um governo provisório “amplo”, composto por diferentes forças sociais e políticas, foi marcado pela radicalização do processo, como resposta do proletariado à ação contrarrevolucionária da burguesia. Em 15 de maio, diante dos indícios de que a Assembleia Nacional Constituinte atacaria as conquistas mais avançadas da revolução, o proletariado parisiense levantou-se com armas em mãos para suprimir a assembleia burguesa e estabelecer seu próprio Governo Provisório. Derrotados, os trabalhadores tiveram seus líderes políticos presos e tentaram se insurgir mais uma vez, entre 23 e 26 de junho, tendo, mais uma vez, sido derrotados. (Cf. MARX, [1852], p. 33-34)

Diante desses fatos, Marx destaca que, como o proletariado foi incapaz de fazer o processo revolucionário avançar – ou, em outras palavras, de manter a revolução “em permanência” – a burguesia o fez recuar cada vez mais. A contrarrevolução deu a tônica de todo o processo, até o ponto de se voltar contra a própria burguesia, culminando no golpe de 2 de dezembro de 1851. Enquanto a Grande Revolução de 1779 teria se movido “numa linha ascendente” de radicalização, em termos dos grupos à sua frente e do conteúdo político por eles posto em prática, o contrário teria ocorrido com a Revolução de 1848. Esta teria se movido “numa linha descendente”, com alas cada vez mais conservadoras sucedendo-se à sua frente. (MARX, [1852], p. 55 e 56)

A partir da saída de cena do proletariado enquanto uma força independente, a burguesia, através de seus representantes políticos unificados no “Partido da Ordem”, recuara o tempo todo ao longo de 1848-51, por temor da mobilização proletária, e especialmente diante dos sinais de uma vindoura crise comercial, que agravaria as contradições sociais. (Cf. MARX, [1852], p. 109-100)

Esse recuo constante, marcado por pedidos cada vez mais frequentes por um “governo forte” e pela destruição das conquistas de

Fevereiro de 1848 (como a liberdade de organização e reunião, o sufrágio universal etc.), culminou na perda do controle do poder político para Bonaparte, após a burguesia ter autorizado uma remoção após a outra de suas diferentes representações políticas, de modo a sempre privilegiar uma mais conservadora que a anterior. Ou melhor, culminou na aceitação, pela burguesia, de que seria melhor para seus interesses um regime autocrático aos riscos de uma república parlamentar.

Assim, Marx compreendeu que a contrarrevolução da burguesia contra o proletariado acabou por se voltar contra ela própria, o que reforça a noção de que não há alternativa entre manter a revolução “em permanência” ou permitir o completo recuo contrarrevolucionário. Em suas palavras: “A burguesia francesa sublevou-se contra o domínio do proletariado trabalhador e colocou no poder o lumpemproletariado, no seu topo, o líder da Sociedade 10 de Dezembro” (MARX, [1852], p. 137). A esse trecho segue uma longa lista de ações da burguesia contra o proletariado, que se converteram em ações de Bonaparte contra a própria burguesia, até a destruição da sua república.

É a partir dessa chave interpretativa que Marx entendeu a contradição entre o início e o desfecho do processo revolucionário na França em 1848, a de que “No dia 2 de dezembro [de 1851], a Revolução de Fevereiro foi escamoteada pelo volte de um trapaceiro, o que deixou a impressão de que se derrubara não mais a monarquia, mas as concessões liberais que lhe haviam sido arrancadas por séculos de luta” (MARX, [1852], p. 29).

Todavia, diante dessa contradição, o autor ressalta que o intervalo entre a Revolução de Fevereiro e o golpe de Bonaparte “não deixou de ser bem aproveitado”, no sentido de que importantes lições políticas práticas teriam sido apreendidas (cf. *Ibid.*). Ademais, ele destacou que o processo não recuou a “um momento anterior ao ponto de partida”. Ao invés disso, ainda estaria por ser criado o “ponto de partida revolucionário, a situação, as relações, as condições singulares que façam com que a revolução moderna possa ser levada a sério” (MARX, [1852], p. 29).

Dessas considerações, pode-se depreender que Marx interpretou a Revolução de 1848 como um episódio de um processo maior, que ainda teria muito a se desenvolver, inclusive a partir das próprias condições sociais e políticas que permitiriam seu sucesso. Assim, a derrota do proletariado, apesar de negativa, serviria para preparar os sucessos do futuro. Afinal, Marx trabalhava com a hipótese de que à revolução burguesa logo se seguiria a proletária. Nesse sentido, mais adiante na obra, ele afirma que a der-

rota da burguesia por Bonaparte seria a vitória da revolução proletária “em germe” (MARX, [1852], p. 139-140). Essa afirmação sugere que, com o golpe de 2 de dezembro, o principal inimigo da classe trabalhadora ficara enfraquecido, o que é uma interpretação bastante questionável.

A interpretação de que as condições necessárias ao avanço do processo ainda não estariam dadas é reforçada por uma passagem na qual Marx indica existir uma contradição entre o conteúdo da “revolução moderna” e as possibilidades concretas de realizá-la. Ele afirma que a ação do proletariado na Revolução de Fevereiro demonstrou “o conteúdo geral da revolução moderna”, mas que tal conteúdo “estava na mais curiosa contradição com tudo o que, nas circunstâncias dadas, podia ser posto diretamente em prática num primeiro momento com base no material disponível e no nível de formação atingido pela massa” (MARX, [1852], p. 33). Assim, Marx dá a entender que seria necessário ainda um período de desenvolvimento e maturação dos objetivos políticos do proletariado a partir das suas experiências práticas de luta.

Fatores que certamente contribuíram para a vitória da contrarrevolução foram a saída de cena dos “verdadeiros líderes do partido proletário” (MARX, [1852], p. 34) após o levante de 15 de maio (a prisão de Blanqui, Raspail, Barbès e seus camaradas) e o fuzilamento, prisão ou deportação de milhares dos membros mais combativos de tal classe após as “jornadas de junho”, deixando-a politicamente desorientada.

O proletariado, assim, perdeu sua atuação autônoma e também sua orientação revolucionária, de forma que “se lançou, em parte, a *experimentos doutrinários, bancos de câmbio e associações de trabalhadores, ou seja, a um movimento em que abriu mão de revolucionar o velho mundo com o seu grande cabedal de recursos próprios*” (MARX, [1852], p. 34 – ênfase do original). E, ao se colocar atrás dos outros partidos políticos que posteriormente tentaram confrontar a burguesia conservadora, compartilhou com eles suas derrotas (cf. *Ibid.*).

Nesse sentido, Marx faz uma dura crítica ao fato dos socialistas utópicos (como Louis Blanc) terem se colocado sob a bandeira do “partido democrático”, nomeado “Montanha” (partido da pequena-burguesia liberal-radical), quando este buscou o apoio dos trabalhadores após se sentir preterido pela burguesia. A fusão dos socialistas utópicos com os democratas gerou o “Partido Social-democracia”, e, na avaliação de Marx, resultou em que: “A ponta revolucionária das exigências sociais do proletariado foi quebrada e foi-lhe dado um viés democrático”, uma vez que tal força políti-

ca buscou a “harmonia” entre capital e trabalho e a supressão da luta de classes (MARX, [1852], p. 64).

Dessa avaliação, depreende-se a nova linha de “revolução permanente”, que marca a atuação de Marx e Engels a partir de fins de 1848 e começo de 1849: a necessidade de independência do proletariado (e de seu partido legítimo, os comunistas) em relação à pequena-burguesia e seu partido democrático. Mais adiante na obra, Marx faz duras críticas ao fato dos “social-democratas” não terem chamado o povo à ação revolucionária contra a reação burguesa até que fosse tarde demais, tendo se perdido em meio ao que ele nomeou de “cretinismo parlamentar”; isto é, a ilusão de que é no parlamento, que as grandes questões sociais são resolvidas (Cf. MARX, [1852], p. 64-66 e p. 107).

Ao passo que os “social-democratas” deixaram-se iludir pela democracia parlamentar temporária – que só durou até que a burguesia conseguisse reorganizar suas forças, através do “Partido da Ordem”, e cortar progressivamente a democracia conquistada pela Revolução de Fevereiro – Marx ([1852], p. 141), em contraste, conclui que se faz necessário não meramente tomar e “aperfeiçoar” a máquina estatal – o que as revoluções até então haviam feito com fins de implementar as medidas repressivas –, mas “quebrá-la”. Ou seja, a revolução não pode se deter nas conquistas democráticas formais, ou mesmo na conquista de postos estatais, devendo seguir em marcha “permanente”, de modo a ter como passo seguinte necessário a destruição do Estado burguês e a construção de um regime proletário.

Por fim, vale mencionar um importante elemento da teoria da revolução permanente “trotskiana”, que se faz presente em *O 18 de brumário*, o da necessidade de aliança entre o proletariado e o campesinato. Na famosa passagem em que Marx analisa a composição social do campesinato e a impossibilidade de ele desenvolver uma unidade política que o torne uma classe para além da mera semelhança de condições materiais de existência, ele também destaca que o proletariado moderno é um aliado necessário do campesinato na luta por suas demandas particulares. Essa aliança seria a única forma de tais demandas serem concretizadas, pois o inimigo central do campesinato francês já não era mais a contrarrevolução externa, como em 1789, mas “os *huissiers* [oficiais de justiça] e os funcionários do fisco” (MARX, [1852], p. 149).

Ao mesmo tempo, Marx destaca (em um trecho que foi suprimido após a primeira edição) que o proletariado depende dessa aliança para concretizar a revolução socialista, tal qual a burguesia precisou mobilizar o

“povo” para lutar contra as forças feudais. Em suas palavras, através da aliança com o campesinato, “a revolução proletária recebe o coro, sem o qual o seu canto solo se transforma em lamento fúnebre em todas as nações camponesas” (*Ibid.*). Essa é uma noção que foi posteriormente reforçada em 1856, em uma carta de Marx a Engels, de 16 de abril de 1856, na qual ele afirmou que, na Alemanha, “tudo depende da possibilidade de respaldar a revolução proletária com alguma segunda edição da guerra camponesa” (MARX, [1856], [s.p.]).

Conclusão

Conforme visto, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, a noção de “revolução permanente” ou “em permanência” faz-se presente ao longo de toda a obra, por mais que as expressões propriamente ditas não tenham sido utilizadas. Na avaliação de Marx, a Revolução de 1848 foi feita pelo proletariado, mas a classe que chegou ao poder através dela foi a burguesia. Diante da incapacidade do proletariado em fazer o processo seguir em proveito de seus próprios interesses, e da posterior submissão aos interesses políticos da pequena-burguesia radical, na forma do “Partido Social-democrata”, a burguesia impôs uma dinâmica contrarrevolucionária ao processo. Tal dinâmica fez a revolução recuar cada vez mais, até o ponto em que solapou as bases do próprio regime republicano da burguesia, apeada do poder direto pelo golpe de Bonaparte.

Assim, a alternativa que estava historicamente colocada diante da diferença de interesses entre o proletariado e a burguesia era revolução em permanência ou contrarrevolução (também em permanência). Entretanto, para que se desse a primeira alternativa, era necessário que o proletariado já tivesse maturado com clareza seus objetivos políticos e que estes estivessem corporificados em lideranças adequadas, de forma que se fez presente uma contradição entre a necessidade e a possibilidade de concretização da “revolução moderna”. Como Marx afirmou posteriormente, em seu balanço acerca da Comuna de Paris de 1871, o golpe de Bonaparte e a restauração do Império acabaram sendo a única alternativa em um cenário no qual “a burguesia já tinha perdido a capacidade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido” (MARX, [1871], [s.p.], Parte III).

Compreende-se a partir do conjunto da obra e também da atuação prática de Marx e Engels no período 1849-52, que, para que o proletariado

adquirisse a capacidade de governar a nação, ele deveria manter a independência política em relação às demais classes e seus respectivos “partidos” a fim de poder radicalizar a revolução e mantê-la em marcha. Ao mesmo tempo, não poderia fazer isso sozinho, de forma a necessitar arrastar consigo o campesinato pobre.

Vê-se, assim, que os aspectos centrais da teoria da revolução permanente de Trotsky já se faziam presentes, em alguma medida, nas elaborações de Marx e Engels. Dessa forma, tal teoria não é mera “peculiaridade” do trotskismo, mas sim um pilar importante do marxismo em conjunto. Assim sendo, é extremamente pertinente deixar de lado possíveis preconceitos e falsificações grosseiras criados por décadas de hegemonia stalinista e fazer uma análise sistemática da noção original de “revolução permanente” ou “em permanência” e seu devido lugar no marxismo enquanto método de análise e estratégia revolucionária. Espera-se que, com esse texto, tenha sido possível contribuir em alguma medida com tal tarefa.

Referências

DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel (eds). **Witnesses to Permanent Revolution: The Documentary Record**. Leiden and Boston: Brill, 2009b.

DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel (eds). “Introduction. The Historical Origin of the Expression ‘Permanent Revolution’”. In DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel (eds.). **Witnesses to Permanent Revolution: The Documentary Record**. Leiden and Boston: Brill, p. 1-58, 2009.

ENGELS, Fredrich. **Princípios Básicos do Comunismo [1847]**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>. Acessado em 17/07/2020.

HOBBSAWM, E. J. **The Age of Capital, 1848-1875**. London: Abacus, 1975.

LÖWY, Michael. **A política do desenvolvimento desigual e combinado. A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2015.

MANDEL, Ernest. **Trotsky como alternativa [1994]**. São Paulo: Xamã, 1995.

MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunista” [1850]. In: MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, p. 83-95, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. **Manifesto do Partido Comunista [1848]**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **A Guerra Civil em França [1871]**. Versão digital, disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/index.htm. Acessado em 16/07/2020.

MARX, Karl. **Carta a Engels, 16 de abril de 1856**. Versão digital disponível em [https://pt.wikisource.org/wiki/Carta_de_Marx_a_Engels_\(16_de_abril_de_1856\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Carta_de_Marx_a_Engels_(16_de_abril_de_1856)). Acessado em 16/07/2020.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte [1852]**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. **Trotsky e a revolução permanente: a história de um conceito chave**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MONTEIRO, Marcio Lauria. O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra. In: **Revista Outubro**, São Paulo, n. 27, novembro de 2016. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/o-movimento-trotsky-internacional-e-as-revolucoes-do-pos-guerra/>. Acessado em dezembro de 2016.

MOSS, Bernard H. “Marx and the Permanent Revolution in France: Background to the Communist Manifesto”. In: PANITCH, Leo and LEYS, Colin (eds.). **The Socialist Register, 1998 - The Communist Manifesto Now**. New York: Monthly Review Press, p. 147-169, 1998.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

RIAZANOV, David. **Marx & Engels [1927]**. [S.d]: Nova Cultura, 2018.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Espanhola – compilação**. São Paulo: Iskra, 2014.

TROTSKY, Leon. “A revolução permanente” [1930]. In: TROTSKY, Leon. **A Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Editora Sundermann, p. 130-317, 2011.

TROTSKY, Leon. **A Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.